

# MOVIMENTOS HOMOSSEXUAIS: A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA ENTRE A ECONOMIA E A CULTURA. O CASO DE DOIS GRUPOS BRASILEIROS

FREDERICO VIANA MACHADO

Mestrando do Curso de Pós-graduação em Psicologia/Núcleo de Psicologia Política (UFMG).

MARCO AURÉLIO MÁXIMO PRADO

Departamento de Psicologia UFMG/Núcleo de Psicologia Política/FAPEMIG.

**Resumo:** O artigo apresenta uma análise de duas organizações *gay* e lésbico de ação coletiva na cidade de Belo Horizonte, a partir da Psicologia Social. Para tal, o texto propõe reflexão sobre o processo de identidade coletiva e a constituição da ação política no âmbito do campo da participação social, permitindo questionar algumas teorias que tentam compreender o fenômeno dos movimentos sociais.

**Palavras-chave:** movimento GLBTT; identidade coletiva; movimentos sociais; movimentos homossexuais; psicologia social.

## HOMOSEXUAL SOCIAL MOVEMENTS: BUILDING COLLECTIVE IDENTITY BETWEEN ECONOMY AND CULTURE, A CASE STUDY OF TWO BRAZILIAN GROUPS

**Abstract:** This paper analyzes two gay and lesbian groups of collective action located in Belo Horizonte (state of Minas Gerais, Brazil) through a social psychology approach. It explores the constitution of collective identity and political action in the field of social participation. In doing so, this article challenges some theories which endeavor to understand social movements.

**Keywords:** GLBTT movement; collective identity; social movements; homosexual movements; social psychology.

O presente artigo tem como objetivo evidenciar algumas reflexões dentro do campo de estudos sobre movimentos sociais sobre dois grupos organizados – *gay* e lésbico – atuantes no movimento GLBTT<sup>1</sup> no Brasil, particularmente em Belo Horizonte/MG. Ao apontar as especificidades e questionamentos que derivam das práticas sociais desses grupos buscamos interrogar o campo de pesquisa dos movimentos sociais, apontando algumas limitações e potencialidades a partir de uma análise crítica de seu corpo teórico. Para tal, discutimos, por meio do estudo desses dois grupos que representam respectivamente *gays* e lésbicas na cidade de Belo Horizonte, a complexidade do fazer político no âmbito das reivindicações pela diversidade sexual, dos direitos sociais e os aspectos da constituição da identidade coletiva de grupos representativos da luta antidiscriminação de homossexuais masculinos e femininos, a partir das contribuições da Psicologia Social (Klandermans, 1997; Melucci, 1996; Prado, 2002; Sandoval, 2001).

### **Questões analíticas sobre os movimentos sociais: a constituição de atores sociais entre a economia e a cultura**

Há muito que para falarmos de mudanças políticas, econômicas e sociais, não podemos mais reduzir nosso pensamento ao mundo institucional, o mundo do Estado, dos partidos, dos sindicatos etc. Estamos vendo emergir a participação de uma sociedade civil cada vez mais organizada e dinamizada, ainda que muitas vezes contraditória e fragmentada (Dagnino, 2002), tais como os movimentos sociais. Eles são, nas palavras de Scherer-Warren (1993), laboratórios de criatividade que produzem novas formas de se pensar a política, o fazer político e a participação dos indivíduos nesse meio. Contudo, ao incluirmos esses atores, novas e complexas questões emergem, propondo desafios para o campo teórico-metodológico que abordam esse fenômeno.

Os movimentos sociais têm oferecido às sociedades novas alternativas societárias, por meio de experiências concretas. No Brasil essas formas de atuação política têm contribuído muito para a democratização da sociedade, abrindo portas para a participação das minorias na vida pública (Alvarez, Dagnino e Escobar, 1998; Doimo, 1995; Sader, 1988), trazendo consigo mudanças, sobretudo na esfera pública, nas formas de participação social

e na re-organização das políticas públicas (Dagnino, 2002). Os movimentos sociais contemporâneos questionaram conceitos básicos para se pensar o fazer político (Alvarez, Dagnino e Escobar, 1998), e assim contrapuseram grandes ideais e narrativas às formas instrumentais e simbólicas.

As teorias sobre movimentos sociais (Gohn, 1997) tendem a considerar e a dividir os diferentes movimentos sociais em dois tipos: os “Movimentos Sociais Tradicionais” e os chamados “Novos Movimentos Sociais”. Essa postura dualista trouxe muitas vezes uma redução na complexidade de determinadas ações coletivas, uma ênfase em questões econômico-estruturais quando a análise refere-se a movimentos “tradicionais”, e uma ênfase em questões simbólico-culturais, quando a análise refere-se a movimentos “novos”. Entretanto, o surgimento dos “novos movimentos sociais” ou “novas lutas democráticas”, como prefere Mouffe (1988), já havia nos mostrado a impossibilidade de classificá-los como simples variações das formas conhecidas de ações coletivas, evidenciando assim a inadequação de teorias que tendem a enfatizar e atribuir causalidade a apenas uma dessas questões como fator único ou principal (Melucci, 1996).

O movimento GLBTI traz diversas especificidades, que evidenciam o empobrecimento teórico que resultaria desse enquadramento. Esse movimento seria apenas um exemplo típico de um movimento que traz em suas reivindicações mudanças que podem ser entendidas tanto como econômico-estruturais quanto simbólico-culturais. Como pensarmos, por exemplo, manifestações que visam a instituição da parceria civil registrada, que seria uma forma de luta que demanda mudanças em elementos simbólico-culturais – como os conceitos tradicionais de família e certos preceitos religiosos –, mas com a intenção de garantir também direitos diretamente ligados às questões estruturais, como o direito a seguros sociais e de saúde, pensão, distribuição de rendas e divisão de bens.

Buscaremos então compreendê-lo no campo da complexidade em que se apresenta, identificando os processos psicossociais que são subjacentes à constituição da identidade política, já que é na práxis que se constitui a natureza de um dado tipo de ação coletiva e seus significados (Prado, 2000).

Podemos concluir que são necessárias ferramentas analíticas que superem tais reducionismos, tentando apreender o fenômeno sem reduzi-lo a uma de suas partes, superando divisões heurísticas que separam ator e sistema (Touraine, 1988), estrutura e significado, razão e emoção (Melucci, 1996; Mouffe, 1988; Santos, 2003).

Um movimento social não seria motivado simplesmente pela existência das relações de opressão que excluem indivíduos, mas também pela intenção da construção social de uma nova realidade, constituída de novos elementos simbólico-culturais (Prado, 2001). Os movimentos sociais fazem parte de uma complexa teia de relações, que muitas vezes suscitam não apenas contradições com as significações hegemônicas da realidade, mas também antagonismos plurais que se sobrepõem, competindo por uma nova forma de significação da realidade em um constante campo de negociações conflitivas (Melucci, 1996).

Buscando atender essas questões é que entendemos que o enfoque teórico sobre as identidades coletivas constitui uma ferramenta analítica útil ao objetivo deste estudo. Estas são entendidas como construções coletivas de demandas sociais, discursos e práticas coletivas de pertencimento grupal. Diversos autores preocupados com os processos de construção dessas identidades coletivas vêm apontando para a importância de incluirmos nessas análises os aspectos subjetivos dessas construções (Melucci, 1996; Prado, 2001; Sandoval, 1997).

As identidades coletivas aqui serão tomadas a partir de duas posições: 1) formas de significação de uma dada realidade social, a qual impede a uniformidade e a homogeneidade das interpretações sobre a sociedade; e 2) estratégia da organização da ação coletiva, tal como a construção de alianças, laços de solidariedade e pertença entre os indivíduos engajados na mesma ação. O que significa considerarmos a identidade coletiva um processo social de constituição de um conjunto de valores e ações capazes de criar formas de pertença grupal e de criação e sustentação de sentidos da realidade social. Portanto, para entendermos a identidade coletiva, temos que penetrar na rede social que constitui o corpo do movimento social e deslindar o que está por trás dessa aparente unidade: os conflitos, as contradições, as diferenças. A identidade coletiva regula e é regulada:

1) pelos sentimentos de pertença; 2) pela definição de práticas sociais grupais (cultura política); 3) pelo partilhamento de valores, crenças e interesses; 4) pelo estabelecimento de redes sociais; e 5) pelas relações intra e entre grupos (Prado, 2002).

## Questões metodológicas

Partindo do que acabamos de expor, faremos uma primeira análise sobre as características do movimento GLBTT a partir de duas experiências organizativas de ação coletiva para *gays* e lésbicas na cidade de Belo Horizonte: *Clube Rainbow de Serviços* (CRS) e a *Associação Lésbica de Minas* (ALEM). A partir de dados coletados, em uma perspectiva de abordagem qualitativa de pesquisa (Mendes, 2003), buscamos analisar a constituição da identidade coletiva no âmbito da criação de antagonismos sociais relacionados à esfera dos direitos sociais, especificamente da diversidade sexual.

No desenvolvimento de uma abordagem qualitativa, utilizamo-nos da observação participante, do diário de campo, de entrevistas semi-estruturadas com lideranças e participantes destas organizações e também de material produzido pelos grupos como jornais, atas, estatutos, comunicados e informativos direcionados para a população envolvida.

A impossibilidade de uma ciência neutra, principalmente quando tratamos de métodos qualitativos, obriga-nos a inclusão do observador como parte integrante dos dados, tomamos então qualquer forma de análise como um diálogo, uma significação possível da realidade pesquisada, e nunca como uma objetividade dada *a priori*. Devemos então buscar interpretar os dados de campo “de forma a potenciar espaços de liberdade e não a construir cangas analíticas redutoras de uma realidade que é sempre complexa, transbordante e propiciadora de outras versões” (Mendes, 2003, p. 20).

Nesse sentido, a análise do diário de campo visa sempre não só o registro de acontecimentos objetivos, mas a vivência subjetiva do pesquisador quando em contato com o campo (Reboredo, 1983). A observação participante foi tomada como forma de diálogo com os atores envolvidos na pesquisa, buscando uma dimensão vivencial no

universo pesquisado que permita capturar as redes de dominação e os lugares de poder envolvidos intragrupo, intergrupos e entre o grupo e pesquisador (Zaluar, 1994).

O uso de entrevistas semi-estruturadas permite capturarmos como o entrevistado interpreta seu próprio mundo no contexto em que foi feita, e também como são articuladas as identidades do entrevistado e do entrevistador, tendo em vista que todo o trabalho de pesquisa é também uma intervenção: “ninguém, para o bem e para o mal, sai incólume de uma entrevista” (Mendes, 2003, p. 10).

Foram realizadas 4 entrevistas: 1) Liderança – Entrevistada 2, que integra a ALEM e conta com mais de 7 anos de militância diretamente ligados à temática da diversidade sexual, mas que vinha de uma longa trajetória de militância em sindicatos e partidos políticos; 2) Liderança – Entrevistado 1, então presidente do CRS, até então com 4 anos de militância; 3) Participante – Entrevistado 3; e 4) Participante – Entrevistada 4, ambos integrantes do CRS, contando com menos de 1 ano de militância e responsáveis por atividades diárias da instituição. Essas entrevistas foram escolhidas pela disponibilidade dos entrevistados, e por terem sido apontados, pelo diário de campo, como elementos importantes para a dinâmica dos grupos, uma vez que tomam frente nas atividades desenvolvidas e têm a legitimidade de assumir a representação da entidade nas situações em que isso se torna relevante.

Os grupos pesquisados não possuem uma comunicação estreita com as universidades, restringindo sua participação a redes de apoio político com o movimento estudantil e prestação de palestras junto a estudantes, o que é visto como parte das atividades de “conscientização” exercidas pelos grupos. Talvez por isso nossa inserção em campo tenha sido lenta, com alguma resistência inicial por parte dos entrevistados a cooperar na pesquisa. Em um dos grupos as visitas etnográficas e a presença participante em atividades foram parciais, pois a atuação lésbica apresentava forte resistência à presença de homens em parte de suas atividades. No outro grupo era possível nossa presença semanal integrando o grupo de jovens e freqüentando o centro de convivência, o que facilitava as observações etnográficas, bem como o agendamento

de entrevistas. Contudo, a dimensão vivencial junto às atividades cotidianas dos grupos, que permite apreender a dinâmica do mesmo, só foi possível após o estabelecimento de uma relação de confiança. Com nossa participação no cotidiano do grupo por meio de reuniões, convites para atividades acadêmicas, atuação nas atividades internas e externas dos grupos, a relação foi ficando mais clara em suas simetrias e assimetrias, e desta forma os grupos puderam perceber que o processo de pesquisa pode ter como objetivo facilitar o processo de construção do movimento<sup>2</sup>. Buscamos, então, deixar explícito que o grupo universitário de pesquisa que representávamos poderia ser visto como um aliado político, e não o contrário. A construção de uma relação de confiança entre campo e pesquisador pode ser capturada nos registros do diário de campo, em que aparece uma situação de insegurança frente ao campo cedendo pouco a pouco.

### **Movimento(s) homossexual(is): a experiência de duas organizações de ação coletiva *gay* e lésbica em Belo Horizonte**

Ao conceituar o que exatamente chamamos de Movimento GLBTT iremos nos deparar com alguns dilemas e poderemos observar a artificialidade dessa unidade, uma vez que encontraremos um número de grupos independentes que realizam seus projetos e tentam unir suas forças em atividades conjuntas quando possível. Esse processo não se faz sem conflitos, e via de regra essas Organizações Não-Governamentais (ONG's) apresentam as mais diversas e/ou contraditórias posições políticas, definições de homossexualidade, formas de militância e origens históricas. A questão que permanece junto a esse movimento é de que forma podemos entender como podem, ou não, se articular esses diferentes grupos que militam na esfera dos direitos sociais ligados à diversidade sexual, uma vez que apresentam naturezas políticas tão diversas?

Foi perseguindo essa questão que encontramos os critérios que nos levaram a escolher essas duas experiências de militância dentro do campo que mapeamos. Inicialmente escolhemos as duas entidades pela maior visibilidade e organização, ambas contam com sede própria e

publicam informativos ou jornais periódicos<sup>3</sup>. Um outro critério que se mostrou relevante ao escolhermos comparar essas duas organizações refere-se ao público atendido, sendo um grupo ligado à demanda das lésbicas e o outro ao público GLBTT em geral, o qual podemos nomear como um grupo misto.

Para pensarmos a constituição da identidade coletiva do movimento GLBTT, precisamos observar como esses grupos se formam, estabelecem suas redes sociais, regulam suas relações intra e intergrupos e como eles dialogam com o Estado, pois de um modo geral os movimentos sociais contemporâneos trazem consigo o pressuposto de que transformar a realidade não é só modificar a sociedade a partir do aparelho do Estado, é modificá-la também no nível das ações concretas da participação da sociedade civil. Nesse ponto notamos que o Estado, como campo institucional de regulação e atuação política privilegiado, e a sociedade civil como uma força em umérica e conseqüente poder na produção cultural, interpelam-se e vemos surgir um novo sujeito social que redefina o espaço da cidadania (Scherer-Warren, 1993).

Esse novo sujeito estaria impregnado de sua causa durante todo seu cotidiano vivido, apontando para a importância de dinamizarmos a ponte entre as questões do domínio privado e as questões do domínio público, tendo em vista que alguns movimentos sociais já haviam nos indicado fortemente a necessidade de uma “politização da intimidade” como essencial para uma ampliação da democracia (Scherer-Warren, 1993).

Grosso modo podemos dizer que um dos grupos apresenta forte tradição sindical, e sua movimentação política parte principalmente de lugares públicos até chegar na considerada base de atuação; já o outro faz exatamente o caminho inverso, partindo de demandas individuais no domínio privado até encontrar caminho para a atuação política junto às instituições políticas e sociais.

A ALEM surgiu em um contexto político institucional, a partir de uma demanda pública. A movimentação política que culminou com sua fundação começou em 1997, partindo da responsabilidade assumida por uma das lideranças de realizar em Belo Horizonte o III SENALE



(Seminário Nacional de Lésbicas), caracterizando assim a demanda institucional que contextualiza o surgimento da ALEM.

Como em Belo Horizonte ainda não havia nenhum grupo organizado sobre a questão da diversidade sexual, segundo uma das fundadoras, começaram então a organizar esse grupo para que ele pudesse trabalhar na construção do III SENALE. As reuniões iniciais aconteceram na sede do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) e de sindicatos<sup>4</sup>, e a divulgação para mobilização dos primeiros integrantes foi feita também com o apoio do meio sindical<sup>5</sup>.

No início a maior parte dos integrantes era composta de homens, e esse grupo começou a se chamar GLS-MG (*Gay*s, Lésbicas e Simpatizantes)<sup>6</sup>. À medida que foram surgindo as primeiras mulheres, estas suspenderam sua participação nesse grupo para a organização do SENALE, e com o aumento do número de mulheres após o Seminário Nacional, os rumos políticos levaram até a fundação da ALEM. Essa trajetória sinaliza bem a necessidade que a instituição mantém e reforça de sustentar particularidades da diferenciação lésbica<sup>7</sup>.

A ALEM foca sua atenção às demandas do público lésbico defendendo as especificidades desse segmento, posicionamento que é defendido pelo argumento de que o público *Gay* revela-se extremamente machista. Até hoje o grupo realiza reuniões semanais fechadas com as lésbicas integrantes do grupo para debates e decisões quanto aos rumos de sua organização.

Em 1998 a ALEM consegue organizar a Primeira Parada do Orgulho Homossexual de Minas Gerais, com o amplo apoio do meio sindical e do PSTU. Como revela uma das entrevistadas, a I Parada teve a participação de 50 pessoas, sendo em sua maioria membros do PSTU.

O grupo conserva fortes traços das formas tradicionais de militância sindical e partidária de esquerda. Contudo, detectamos nas práticas do grupo diversos elementos que situam a organização em um campo político complexo. Percebemos um grande valor que as participantes dão as práticas inclusivas – por exemplo, gravar fitas de áudio para uma associada analfabeta, e a importância dada a outros antagonismos como

os de classe, gênero e raça. Mesmo defendendo as especificidades do segmento das lésbicas, a ALEM defende a articulação entre os movimentos sociais como forma de atuação mais organizada e combativa.

Por um caminho extremamente diferente, o *Clube Rainbow de Serviços (CRS)* surgiu em julho de 2000, por iniciativa de dois casais (um de gays e um de lésbicas), que sentiram a necessidade de formar um clube que pudesse suprir a falta de serviços que eram oferecidos a homossexuais. Ao assumirem a homossexualidade perceberam a carência de lugares onde a homossexualidade não era vista como um impedimento social:

*“eu enquanto hetero tinha toda a plenitude do direito do cidadão hetero, ou seja, eu tinha clubes, eu tinha serviços, eu tinha associações, eu tinha convênios médicos, e de repente, enquanto homossexual, isso tudo começou a me faltar”* (Liderança – Entrevistado 1).

Os dois casais investiram dinheiro particular para financiar o que seriam as primeiras reuniões do grupo, começaram a utilizar a sala de casa como escritório do grupo e adquiriram um computador. Os encontros do grupo, que até então consistiam apenas em reuniões informais para conversas e recreação, foram aumentando em número de pessoas, e estes foram transferidos para praças, bares ou parques.

Segundo um dos entrevistados, nenhum integrante do CRS tinha conhecimento de alguma outra forma de organização coletiva referente à orientação sexual. O caráter político das atividades do grupo começou a aparecer quando as atividades foram tomando corpo e os integrantes detectando outras demandas políticas, e *“(...) o Clube Rainbow, que originalmente partiu com o intuito de suprir uma lacuna comercial, acabou virando o supridor de uma lacuna social”* (Liderança – Entrevistado 1).

A forma como esse grupo se coloca no cenário político parte essencialmente de uma iniciativa de organização da sociedade civil, levando para o domínio público questões que surgem de demandas vivenciadas na intimidade cotidianamente. De que forma podemos compreender essa forma de organização social como um movimento social, uma vez que sustenta a proposta de oferecer serviços à sociedade civil?

O CRS atua oferecendo diversos tipos de serviços para todo o segmento GLBTI: grupos de discussão e convivência, serviço jurídico, encaminhamento para psicólogos conveniados, realização de eventos<sup>8</sup>, palestras informativas dentro e fora do grupo, publicação de um jornal de ampla circulação no meio GLBTI, militância de internet, como listas de discussão, malas diretas etc. O *Jornal Rainbow*<sup>9</sup> é pago com verba do Ministério da Saúde para campanhas de prevenção a DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis). O grupo busca também oferecer uma ampla lista serviços conveniados, com descontos para os associados, que inclui agências de turismo, dentistas, saunas, boates, locadoras de automóveis, cabeleireiros, entre outros<sup>10</sup>.

Essas atividades, que aparentemente tentam processar ações que suprem uma lacuna na esfera econômica e cultural, criaram o espaço para que o grupo pudesse engendrar ações que chegam a influenciar decisões políticas, estando sempre em contato com vereadores e lideranças políticas. Além de participarem junto às outras ONG's da organização da Parada de Belo Horizonte, percebemos que hoje a principal liderança do grupo é suplente<sup>11</sup> de cadeira do CONEDH (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos), e o grupo atua junto aos diversos órgãos governamentais enviando representantes para vários eventos referentes à temática da livre orientação sexual em todo o país<sup>12</sup>.

Fica evidente nas atividades do grupo a tarefa inerentemente política quando pensamos na ponte que é feita entre a oferta de serviços e a representação política dos homossexuais junto aos órgãos estatais. Se por um lado tenta-se fortalecer uma rede de serviços para homossexuais, por outro o grupo tenta "(...) *abrir portas na luta contra o preconceito*" (Liderança – Entrevistado 1). Na descrição abaixo podemos notar como a função política mistura-se à prestação de serviços jurídicos:

*"Quando acontece um fato de discriminação elas logo ligam pra polícia, fazem um boletim, depois ligam pra cá, pedem uma assistência, aí o XXXX vai com a XXXX, que é advogada, que é associada aqui do Rainbow, e já começa a tramitar o processo todo"* (Participante – Entrevistado 3).

Em seu trabalho sobre o grupo Nuances de Porto Alegre, Anjos detecta um "*continuum* entre a militância pela 'causa' e o benevolato

junto à população homossexual, que, por sua vez, oscila entre população representada e população atendida” (2002, p. 231).

A diferenciação entre as atuações que se dão na esfera pública e no âmbito privado nem sempre é clara. A *ALEM*, em sua origem fortemente contextualizada no domínio público, declara firmemente uma intenção político-representativa com relação ao segmento das lésbicas<sup>13</sup>, entretanto coloca-se na posição de prestadora de serviços ao público atendido. A dimensão da prestação de serviços às lésbicas ficou clara quando encontramos no sítio do grupo<sup>14</sup>, ao descrever sua missão, a apresentação dos serviços jurídicos e psicoterapêuticos oferecidos pela Associação. A própria noção de militância, apresentada por uma das entrevistadas, reflete em muito esse contínuo entre representar e atender, bem como a passagem público/privado no âmbito do político:

*“(...) militar significa assim, é desejo de mudar; se você tiver um desejo de mudar você é um militante, [...] e cada militante tem a sua, o seu dom, a sua maneira. Por exemplo, não é porque um militante não vai lá e fala em público que ela não é um militante, todas da associação são militantes, desde daquela que distribui um panfleto, na boate, que é importante, ou aquela que aparece na imprensa, aquela que fala em público, que aqui a gente divide, é nós dividimos, pra você não sobrecarregar uma pessoa que às vezes ela não tem... assim... é, não gosta de fazer uma coisa, então faz o que gosta, tem algumas que gostam de fazer oficina, então faz oficina, nós temos, ah, tem militante aqui que gosta de escrever, então elas escrevem, nós temos inclusive trabalho de revista, de participação inclusive em manual do Ministério da Saúde (...)”* (Liderança – Entrevistada 2).

Essa passagem revela-se novamente quando um entrevistado tenta explicar qual sua concepção de militância, em um depoimento que percebemos claramente como é tênue a linha que separa o domínio público do privado no âmbito da militância política contemporânea:

*“(...) o militante, ele, como é que eu posso dizer, ele se doa mais à causa, praticamente de corpo e alma mesmo. Na verdade o militante, ele não precisa estar nem na frente de alguma ONG, na frente de uma luta, ele é aquele que quando vê alguém discriminando um homossexual, por exemplo, vai e entra em defesa entendeu? E os não-militantes, eles normalmente... é comum, deixa passando mesmo as coisas(...)”* (Participante – Entrevistado 3).

Temos então que se esses depoimentos por um lado lembram-nos que os novos movimentos sociais trazem em seu discurso a noção de liberdade individual associada à de liberdade coletiva, democracia de base, direito à diversidade e respeito à individualidade, em uma perspectiva de que a politização da intimidade é algo intrínseco à ampliação da democracia (Scherer-Warren, 1993), por outro eles nos lembram da dimensão construtivista dos atores, que nos remete à circularidade do processo político entre a motivação interna do sujeito e a demanda objetiva da estrutura social (Sandoval, 1997). Entre a esfera da ação e do voluntarismo dos atores podemos perceber de forma mais clara, nos trechos abaixo, como os atores políticos constroem e são construídos pela militância a partir do envolvimento emocional que regula e é regulado pelo sentimento de pertença a um NÓS, deflagrando e sendo deflagrado pela atuação política:

*“(...) então a militância é uma vontade de mudar, e fazer o que gosta de fazer, e isso motiva a militância. E quando você vê que tem alguma coisa que muda essa expectativa, essa perspectiva, alguma coisa, e você fala: não, tá funcionando! (...) uma mãe de uma militante, ela teve aqui na sede, isso pra nós é uma vitória, porque até dois anos atrás a família não aceitava, a mãe não aceitava, e ela veio aqui (...); uma outra mãe de uma outra menina, inclusive ela é de menor, assinou prá ela tá participando aqui, veio aqui agradecer, disse: ‘olha a vida da minha filha mudou, e isso pra nós é importante’” (Liderança – Entrevistada 2).*

Nesse contínuo entre atendidos e representados, e na relação entre público e privado, percebemos que os dois grupos estudados atribuem enorme importância ao fato do militante se assumir publicamente. Essa visibilidade da homossexualidade seria vista como fator diferencial na conquista de espaços políticos e na luta em si, como se o próprio fato de se assumir já fosse um gesto de militância – *“(...) na realidade, se você não se assume e não tem sua visibilidade, você não é muito respeitada; quando você assume a sua orientação sexual, e assume politicamente, as pessoas passam a te respeitar e até te ajudar” (Liderança – Entrevistada 2).*

Percebemos que tentar reduzir o comportamento político à esfera do público ou à esfera do privado limita muito nossa capacidade de detectar as transformações desencadeadas pelos movimentos sociais, principalmente quando tratamos de uma politização da intimidade.

*“(...) aceitação, é quando você se firma mesmo você aceita sua identidade, né? Então você aceitando sua identidade você pode tanto assumir isso pra sociedade ou não; então, os que não assumem isso pra sociedade, geralmente eles... é complicado porque eles não vão levar isso pra casa, não vão levar essas informações, não vão vivenciar isso plenamente. Os militante não, essa é a diferença, os militantes batem mesmo na tecla de que são homossexuais e de que precisam defender o direito e estão ali prá dar a cara a tapa mesmo” (Participante – Entrevistado 3).*

## Práticas sociais rumo à constituição das identidades políticas

Os dois grupos, bem como a grande parte dos atores que militam nesse âmbito, colocam-se como Organizações Não-Governamentais, sendo prestadoras de serviços, o que permite, como detectou Anjos:

atuações que transcendem o espaço político e que demanda engajamentos diferentes ao do porta-voz, ainda que haja uma subordinação deste ator e de seus porta-vozes, no espaço político, a outros atores mais legítimos, como os representantes partidários das causas dos estigmatizados (2002, p. 249).

Essa condição permite ao grupo que se institucionalize o suficiente para receber verbas, e colocar-se como entidade jurídica, mas sem engessar seus posicionamentos políticos, permitindo mobilidade relativa e diversidade das ações e dos discursos. Parece-nos que a mobilidade de ações proporcionada pela liberdade da condição de ONG é que permite aos grupos associarem em um mesmo grupo de atuações as concepções de atender e representar o segmento GLBTT. É entre a oferta de serviços que a sociedade normalmente não disponibiliza e a publicização na arena política de demandas específicas do segmento GLBTT, entre o simples engajamento na esfera pública e a militância política com fins de transformação social, que vemos mais claramente expressa a concepção de participação política dos grupos, a qual pode ser vista como possível, por meio de transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade (Scherer-Warren, 1993).

A participação política com fins a uma emancipação de um segmento excluído requer que analisemos seu potencial contra-hegemônico, uma vez que, como vimos acima, concorre a novas formas de significação de uma realidade que se encontra sob controle de concepções hegemônicas

e excludentes, já que uma forma de opressão não contém necessariamente um projeto emancipatório (Santos, 2003).

Se por um lado o sistema capitalista e o processo de globalização oferecem as condições necessárias para a erupção e ação do Movimento GLBTI, proporcionando entre outras coisas uma crescente visibilidade pública da homossexualidade e um intenso fluxo de informações, por outro pode ser visto como responsável pelo surgimento e manutenção da homofobia, pois além de trazer como pano de fundo uma ideologia patriarcal (Santos, 2003), relega a um segundo plano o compromisso do Estado com as necessidades sociais e a promoção humana (León, 2003). Assim sendo, vemos que a mediação do sistema capitalista na construção da visibilidade homossexual deve ser tomada em sua ambigüidade, já que se o desenvolvimento da comunicação midiática permitiu um aumento da visibilidade, também produziu imagens estereotipadas de um universo bastante diversificado.

Sendo que o segmento GLBTT hoje clama por uma cidadania plena (León, 2003), e essa demanda traz consigo “implicações que abarcam o cenário local e internacional, mas também o pessoal e o grupal” (p. 12), teremos que avaliar a maneira como os grupos se colocam frente às demais questões políticas que direta ou indiretamente cruzam seus caminhos.

Tendo em vista a perspectiva de uma redefinição da cidadania GLBTT proposta pelos grupos, esbarramos no tema do gueto como algo caro para que possamos compreender a atuação GLBTT na cidade de Belo Horizonte.

A questão do gueto vem sendo discutida e problematizada por autores que tentam compreender os movimentos sociais organizados em torno da livre orientação sexual (Green, 2000; MacRae, 1984, 1990; Santos, 2003). O gueto possui uma importante função política dentro da comunidade homossexual, uma vez que esse segmento não encontra em seus grupos primários de pertença elementos favoráveis à constituição de uma identidade homossexual, tornando-se necessário buscar outros meios de interação social, como criar comunidades alternativas de socialização através da internet, das redes sociais alternativas, da

constituição de grupos escolhidos, e pela frequência a locais reservados para esse público, como saunas, boates e bares. É então nesse meio que os homossexuais ensaiam possibilidades de construções da identidade homossexual, talvez menos marginalizadas, e conseqüentemente, “uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritivos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que freqüenta” (MacRae, 1990, p. 51).

O gueto propiciaria formas encapsuladas de socialização, gerando regiões de democracia sexual, configurando um local necessário para o ensaio de novos comportamentos. Entretanto, o gueto por si só não significa mudança social no sentido de propiciar aos homossexuais maior reconhecimento da diferença por parte da sociedade ou algum recrudescimento de seus ideais patriarcais e heterossexistas (MacRae, 1990; Santos, 2003).

Com a criação de produtos culturais específicos, a cultura produzida no e para o gueto, a indústria cor-de-rosa, tornou-se um negócio extremamente rentável, e conseqüentemente o movimento GLBT'T conseguiu uma vasta gama de negociações políticas valendo-se dessa visibilidade comercial. Entretanto, segundo Santos (2003), alguns exemplos como o de *Chueca*<sup>15</sup> em Madri, entre outros, mostram que muitas vezes essa indústria corrompe os ideais e subverte os objetivos emancipatórios das ONG's que militam nesse movimento. A indústria cor-de-rosa e o conseqüente fortalecimento de um gueto podem promover o isolamento de indivíduos em subculturas, sem contudo rejeitar sua inclusão no sistema capitalista. Esse processo pode levar a uma neutralização do poder emancipatório do movimento GLBT'T, reduzindo sua força política e circunscrevendo sua visibilidade como produto do sistema capitalista dentro da lógica neoliberal, mantendo excluídos os indivíduos economicamente menos favorecidos.

Percebemos que em Belo Horizonte essa questão permeia estreitamente as atividades e propostas das duas ONG's que pesquisamos. O CRS foi criado “com o objetivo de prestar serviços e informações à



comunidade homossexual de Minas Gerais. Está em nosso projeto a meta de desenvolver uma cultura GLBTS, voltada para orientar, defender e criar oportunidades de sobrevivência ao cidadão homossexual dentro de nosso estado” (*Jornal Rainbow*, n. 9, julho de 2001). Dentro dessa proposta vem desenvolvendo ações que fortalecem uma espécie de *gueto*, dando grande importância às formas de visibilidade conquistadas pelos *gays* a partir de seu poder aquisitivo, o que podemos perceber por meio de atividades como reuniões com os empresários que apostam no mercado homossexual, nas listas de convênios<sup>16</sup>, e divulgação de roteiros GLS e realização de eventos.

Observamos que ao mesmo tempo em que o grupo se coloca como uma entidade que visa atender a população GLBTT – “(...) *ele tá aí pra sociedade, pra comunidade GLBT em geral. Para o que ela estiver precisando (...)*” (Participante, Entrevistada 4) –, ao propor suas atividades transmite e defende uma visão de homossexualidade que pretende representar junto à sociedade. Muitas vezes percebemos que a instituição tenta defender uma imagem bem definida de que a homossexualidade seria algo “perfeitamente natural”, um traço de personalidade cuja normalidade foi “cientificamente comprovada”. Sobre esse pilar é que o grupo vem construindo seu discurso, que ora se traduz em termos de “cidadania plena” ou “direitos humanos”, ora tentam atribuir um poder à cultura GLBTT, engessando uma definição de homossexualidade e perdendo de vista a complexidade das construções sociais que legitimam os múltiplos processos de exclusão. Quando colocam a homossexualidade como direito humano, atribuem à homofobia a categoria de problema social de forma simplificada – conforme o que encontrou Anjos (2002), observamos que o grupo chega a suprimir as especificidades, tornando a homossexualidade uma “causa defensável”, quando reduz suas demandas ao termo da exclusão; todavia, ao contrário do que a autora encontrou, a defesa de uma homossexualidade “naturalizada”, e não construída, faz com que o grupo mantenha um discurso universalizante no que diz respeito ao direito social, e mais atento às peculiaridades e discursividades GLBTT. A desconexão entre os múltiplos processos de exclusão, na concepção

de uma das lideranças, talvez nos mostre porque o grupo mantém um discurso que preserva o conteúdo das demandas específicas do segmento representado/atendido.

*“Talvez porque o que a gente tem tentado é lutar, não por uma imposição em relação a uma cor ou em relação a uma classe econômica, porque o movimento negro, de certa forma ele luta também pelo avanço econômico; nós não necessariamente lutamos pelo avanço econômico homossexual, nós lutamos pelo direito à cidadania plena. Talvez isso difira um pouco o movimento homossexual dos demais movimentos. Mas o elo que nos une é exatamente a exclusão, é a categoria de sermos minoria”* (Liderança – Entrevistado 1).

No jornal do CRS a grande maioria das matérias fala sobre temas da comunidade GLBTT, buscando uma forma de vender uma imagem da cultura GLBTT para si mesma e para o restante da sociedade, buscando, nas palavras do grupo, *“aumentar a auto-estima”* da comunidade e *“buscar um diálogo com a sociedade”*.

A condição de “Clube de Serviços”, por meio da solidificação dessa cultura GLBTT, e da conseqüente formação de um público que a alimenta e consome, possibilitou ao grupo o contexto necessário para que pudesse ser construído um empreendimento comercial, que o grupo chamava de “centro de convivência”, e que abriu diversas portas ao trabalho do grupo e reforçou ainda mais essa característica. Esse empreendimento almejava ser *“um espaço que pudéssemos desenvolver o diálogo social e político, e ao mesmo tempo estar propiciando aquele ambiente do gueto que originou o movimento, que é onde as pessoas vão e se sentem absolutamente iguais, sem diferença”* (Liderança – Entrevistado, 1).

Ao mesmo tempo em que gerava renda, promovendo com relativo sucesso a sustentabilidade do grupo, o centro de convivência mantinha a sede sempre cheia, atraindo diversos participantes, voluntários e atendidos para as atividades do grupo.

A política de sustentabilidade permitia ao grupo mais autonomia em suas atividades, bem como mais poder de atuação, uma vez que podia contar com funcionários assalariados que coordenavam o voluntariado. Essa característica liberal do grupo – de a partir de iniciativas

privadas fomentar a cultura GLBTT e estimular o desenvolvimento de um suposto gueto – fez-nos refletir sobre a verdadeira extensão de suas atividades.

Notamos um certo isolamento político, desenvolvendo poucas atividades conjuntas com outras ONG's GLBTT, principalmente junto às da cidade, e não tomamos conhecimento de nenhuma outra atividade junto a outro movimento social organizado. Talvez a estrutura organizativa do grupo nos dê elementos para pensá-lo como um Clube de Serviços, o que revela formas contemporâneas da participação política (Sherer-Warrer, 1993).

Surgindo de demandas completamente diferentes, e dentro de um contexto institucional mais intenso, percebemos que as demandas da ALEM partem de uma concepção política extremamente diversa daquela do Clube Rainbow de Serviços. A vinculação com partidos de esquerda e sindicatos talvez tenha ajudado a criar uma cultura política que tenta se manter em constante negociação com outros atores políticos, tendo uma visão de cidadania que leva a posições mais radicais quanto à existência do gueto, da exploração da indústria cor-de-rosa, da discriminação racial, da desigualdade social e das múltiplas interações entre elas. Percebemos que esse grupo traz consigo o hábito de realizar seminários, debates e congressos, o que percebemos contribuir muito para o andamento da participação política do grupo. Isto se faz claro quando observamos uma liderança da Associação contar do processo de divulgação dos seminários que deu origem às suas atividades:

*“(...) uma das primeiras pessoas que foram até a porta da boate e distribuir os panfletos foram os metalúrgicos, trabalhadores da Manesman, da Toshiba, então isso é uma coisa muito importante, quando você consegue trazer outros movimentos sociais para um movimento social, porque aí você dialoga com eles quebra o preconceito e faz uma discussão prá que eles inclusive multipliquem essa discussão no seu meio, que no caso é o meio sindical” (Liderança – Entrevistada 2).*

O PSTU, partido ao qual algumas integrantes da ALEM são filiadas, é um dos partidos que mais abraçaram a causa GLBTT. Em seu sítio na internet<sup>17</sup> consta inclusive um tópico chamado “O PSTU e a

homossexualidade”, que defende a implantação de um programa específico para GLBTT’s. A atuação política das integrantes participa de uma arena política mais intensa e comprometida com outras dimensões da transformação social.

Embora a Associação concentre seus esforços principalmente na luta em prol de demandas específicas das lésbicas, defende a união com os *gays* e transgêneros, bem como com outros movimentos sociais, pontuando que “*gays e lésbicas não podem lutar contra o preconceito sozinho, sem ter a unidade, por exemplo, dos negros e das mulheres, e eu acho que os movimentos sociais, eles tinham que se unir*” (Liderança – Entrevistada 2). Nesse sentido a ALEM mantém constante relação com grupos feministas, grupos militantes do movimento negro, bem como sindicatos e partidos políticos.

Percebemos que esse grupo concebe as lutas de forma interrelacionada, compreendendo o processo de mudança política de forma mais abrangente:

*“Hoje lutar contra o preconceito e a discriminação é garantir o emprego, é garantir que lésbicas e gays, tenham seu emprego garantido, porque a discussão, ela repassa por aí, porque o preconceito e a discriminação existe hoje, porque infelizmente, porque o capital quer assim, porque as mulheres hoje ganha menos do que por exemplo os homens, isso é interessante pro capital, se uma lésbica ganha menos que uma mulher é interessante pro capital, então a luta contra o preconceito que passa pela associação é uma luta que passa também por uma luta de classe, e de conscientização política. Enquanto existir o preconceito e a discriminação vai existir lésbica na favela, vai existir gays fora das faculdades, vai existir travesti que é expulso de casa”* (Liderança – Entrevistada 2).

Na constituição da identidade coletiva desse grupo tanto a definição das práticas sociais grupais quanto os valores, crenças e interesses compartilhados, estão em estreita relação com instituições políticas de esquerda; conseqüentemente, grande parte das relações externas ao grupo estará contaminada por essa identidade selecionando aliados e adversários políticos.

*“(...) se o movimento homossexual se interagisse com o movimento sindical eu acho que a nossa luta teria mais avanço porque nós conseguiríamos, por exemplo, que nos boletins do sindicato eles colocassem a nossa questão<sup>18</sup>. (...) O mundo não é um gueto que eu vou*

*conversar só com Gay, com Lésbica, é só nós; prá nossa luta ter sucesso nós vamos ter que unir com mulher, vamos ter que unir com negro, e prá gente conseguir uma vitória, senão não vai funcionar” (Liderança – Entrevistada 2).*

Tentando entender não só a forma como a ALEM constrói suas alianças, mas pensando em como ela se posiciona frente a seus adversários, buscamos analisar seus posicionamentos com relação à indústria cor-de-rosa e às alternativas de socialização que se dão via gueto.

Contra o gueto a entrevistada argumenta que alguns homossexuais não teriam nem como alcançá-lo, e defende que devemos lutar de forma a contemplar parcelas maiores da população, dizendo que

*“nossa luta, não é só por um gay que frequênta boate, porque na realidade se ele frequênta é porque ele tem dinheiro; mas para aquele que não frequênta também, porque esse não tem dinheiro, ele é explorado; além dele ser oprimido ele é explorado” (Liderança – Entrevistada 2).*

A entidade tenta sempre manter o caráter supranacional, mas a partir de práticas locais. As manifestações de rua realizadas pela Associação são bons exemplos dessa relação política: “Lésbicas contra a ALCA”, “Lésbicas contra a Guerra”<sup>19</sup>, “Lésbicas no Dia Mundial da Mulher”, “Lésbicas a favor da greve”<sup>20</sup>. Sempre valorizando a comunicação e a interação com outros estados, a ALEM levou para o V Encontro Latino-Americano e Caribenho de Lésbicas, um painel com suas atividades, e lá conseguiram verbas provenientes dos movimentos feministas da Holanda, Alemanha e EUA para comprar e equipar sua sede, bem como uma verba mensal para pagamento de um funcionário.

Comparando a ALEM com o CRS, notaremos que esta é uma questão diferenciadora, pois se a ALEM tem buscado uma articulação com outros grupos políticos, o CRS, por sua característica específica de prestador de serviços para o público *gay*, tem permanecido um pouco restrito à articulação entre os homossexuais. Embora a ALEM privilegie ações que defendam o interesse apenas das lésbicas, elas dialogam com mais setores da sociedade.

Partindo dessa perspectiva política, percebemos que a entrevistada tem uma concepção de militância, que na prática vai conflitar com

algumas práticas do movimento GLBTI. Notamos essa discrepância de concepções quando tece uma crítica às Paradas Gays:

*“A parada é um momento de visibilidade, um momento de reivindicação, um momento de denúncia, e se você passa essa parada prá um momento de visibilidade apenas, vira festa. E eu acho que há um desvio muito grande das paradas em nível nacional, que deixou de ser denunciativa e reivindicatória e fica mais em festa”* (Liderança – Entrevistada 2).

Se por um lado o CRS deixa de lado o envolvimento com mais setores da sociedade, a ALEM desenvolve uma prática política envolvida com a extrema esquerda, o que pode vir a dificultar a mobilização em massa em torno da parada, bem como o diálogo com os demais atores que atuam no campo político local.

### Considerações finais

Afirmar qual dos dois grupos tem atingido melhores resultados lutando por igualdade de oportunidades e direitos, seria pelo menos ingênuo. Contudo, pudemos observar a heterogeneidade da luta política nesse campo dos direitos nas sociedades contemporâneas, cada qual contribuindo com sua experiência política particular, revelando que o fazer político na contemporaneidade está recheado de novas e velhas práticas, não podendo ser reduzido a nenhum princípio totalizador nem de política nem de identidade coletiva. No entanto, quando se trata da identidade coletiva, fica evidente a diversidade de práticas que os grupos buscam para compor, ainda que temporariamente, uma certa unidade necessária da delimitação de uma identidade coletiva. Para além dessa unidade, é importante destacar o movimento processual de negociação constante que esse conjunto de práticas sociais, discursos e articulações visa na constituição de um sujeito coletivo na participação política e social.

No entanto, considerar essas múltiplas, e por vezes novas, formas da participação política não significa defender um posicionamento relativista com relação aos direitos sociais mais amplos. Faz-se necessário que esses direitos sejam contextualizados e dialogados com aquilo que Laclau e Mouffe (1985) denominaram como o processo de equivalências entre lutas e reivindicações capaz de criar uma

corrente de equivalência dos direitos sociais, de forma a articular novas posições contra-hegemônicas.

As formas de significação da realidade social que detectamos apresentam-se excessivamente ambíguas, proporcionando interpretações demasiadamente conflitivas, e conseqüentemente, as estratégias de organização das ações coletivas produzem, por vezes, pouco engajamento e pouca mobilização da comunidade mais ampla, o que dificulta alianças, os laços de solidariedade e pertença. As definições das práticas sociais ainda são confusas, uma vez que a diversidade de culturas políticas conflitantes impede o partilhamento de valores de forma mais efetiva e a constituição de redes sociais mais sólidas, bem como relações intra e entre grupos mais claras. Até onde caminhamos, poderíamos falar apenas de identidades coletivas, uma vez que a capacidade de criar formas de pertença grupal e de criação e sustentação de sentidos da realidade social tem se dado apenas dentro dos pequenos grupos que constituem a pluralidade do Movimento GLBTT em Belo Horizonte (Melucci, 1996; Touraine, 1988)

Percebemos que, as redes de constituição de uma possível identidade coletiva do movimento GLBTT acontecem globalmente, com cada uma das experiências influenciando diversas outras. Conquistas ajudando outras conquistas a se firmarem. Alternativas criativas de resistência são reaproveitadas em situações análogas. Em suas práticas é notável o uso de modernos meios de comunicação e de antigas formas discursivas integrando e selecionando aspectos particulares de cada grupo por meio de uma complexa rede de articulação. Nessa rede podem emergir lideranças e são propostas ações coletivas que podem ou não ser aderidas por integrantes isolados. As pressões ocorridas dentro da arena política, por exemplo, são as mais diversas possíveis e possuem efeitos imprevisíveis. Logo, as formas de enfrentamento das relações de opressão também são variadas e múltiplas, revelando práticas desses grupos bastante contraditórias, que se entrelaçadas em uma corrente de equivalências sociais podem apontar para uma alternativa política mais efetiva. A única garantia de que essa corrente pode estar sendo construída é de fato a participação social.

## Notas

1. Usaremos GLBTT para *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros.
2. É importante destacar que a relação entre a universidade e os grupos militantes não é uma relação livre de conflitos, uma vez que alguns conceitos e práticas sociais no contexto institucional da produção científica, ao se lançarem na arena política passam por mediações ideológicas das mais variadas.
3. A ALEM foi fundadora da Parada de Belo Horizonte em 1998, ação coletiva que encabeça até hoje, juntamente com outros grupos; e o Clube Rainbow de Serviços edita um jornal de ampla circulação no meio GLBTT.
4. Sindicato dos Bancários e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde – SINDESS.
5. MacRae (1990) também observou em sua pesquisa sobre o grupo Somos, que o meio operário mostrou-se disposto a discutir a questão da homossexualidade de forma cordata.
6. Esse grupo passou a se chamar Triângulo Rosa, que depois veio a constituir o grupo GURI, que ainda hoje milita em Belo Horizonte.
7. A ALEM atualmente atua junto à direção da Parada, mas apenas na condição de participante, pois dedica-se à organização de um evento de grande porte para a visibilidade lésbica, como já existe em outros estados.
8. Como exemplo podemos citar o 1º Evento Personalidades da Noite, Gaypira, jantares/ festas/churrascos de confraternização.
9. Observamos que o conteúdo do jornal fomenta uma cultura GLBTT por meio do culto a seus produtos, eventos e personalidades. O Jornal é uma ferramenta essencial ao trabalho do grupo, permeando todas as suas atividades; sua circulação relativamente alta permite ampla visibilidade na divulgação do grupo, disseminando informações, fazendo denúncias etc. Além da verba que o Ministério da Saúde oferece, o Jornal levanta verba com publicidade das casas noturnas e empreendimentos GLBTT de Belo Horizonte.
10. O grupo participou junto aos empresários no sentido de acolher e fortalecer a união do setor empresarial GLBTT, auxiliando na estruturação da ASSEMGLS – Associação dos Empreendedores *Gay*, Lésbico e Simpatizantes de Minas Gerais.
11. A titular dessa cadeira é a atual presidente da Associação das Travestis – ASSTRAV.
12. Mais um exemplo interessante de como essa passagem para o mundo político-institucional que encontramos em nossa pesquisa refere-se às candidaturas políticas de membros dos dois grupos. A principal liderança do CRS este ano lançou sua candidatura a vereador pelo PV, e a principal liderança da ALEM



chegou a se candidatar a senadora pelo PSTU nas últimas eleições, ambos como assumidamente *gay* e lésbica.

13. Podemos notar essa intenção analisando a seguinte proposta: “A Associação Lésbica de Minas, como instituição social e política, é constituída para fins de coordenação, estudo, proteção, luta, reivindicação e representação legal das lésbicas na base territorial de Belo Horizonte e Estado de Minas Gerais, atuando no sentido de articular e expressar o conjunto de reivindicações deste segmento social, visando a melhoria das condições de vida de suas representadas, a defesa da liberdade e cidadania das lésbicas e fortalecimento da participação democrática em igualdade de condições com outros setores da sociedade brasileira, a nível Municipal, Estadual e Federal” (Estatuto da ALEM).
14. [www.alem.org.br](http://www.alem.org.br)
15. Bairro que se destacou pela existência de um intenso mercado voltado para o público GLBTT, bem como pela vasta concentração populacional desse segmento.
16. Junto a alguns números do jornal do grupo CRS vem anexada uma lista de Empresas “*Gay friendly*”, ou uma lista de convênios que são oferecidos como benefício aos membros do grupo que estiverem com a carteira de associado em dia.
17. [www.pstu.org.br](http://www.pstu.org.br)
18. Encontramos algumas notas referentes a questões GLBTT no boletim informativo do SINDESS.
19. Manifestação realizada contra a Invasão Norte-Americana no Iraque.
20. Trabalhando sempre em contato com alguns sindicatos a Associação sempre se envolve em greves e manifestações realizadas por aqueles.

## Referências Bibliográficas

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (1998). The Cultural and the Political in Latin American Social Movements. In: ALVAREZ, S. (et al). *Cultures of Politics – Politics of Cultures: re-visioning latin american social movements*. Oxford: Westview Press

ANJOS, G. (2002). Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. *Sociologias*. Porto Alegre. 4(7): 222-252, jan/jun.

DAGNINO, E. (2002). Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: \_\_\_\_\_. (org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DOIMO, A.M. (1995). *A vez e a voz do popular nos movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. ANPOCS.

GOHN, M. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

GREEN, J. (2000). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp.

KLANDERMANS, B. (1997). *The social psychology of protest*. Cambridge: Blackwell.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. (1985). *Hegemony & Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.

LEÓN, I. (2003). Globalización y exclusión social por orientación sexual In: LEÓN, I.; MTETWA, P. (ed). *Globalización: alternativas GLBT*. Dialogo Sur/Sur GLBT. Ecuador.

MacRAE, E. (1984). Homossexualidade e individualismo. *Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. p. 563-574. Águas de São Pedro: ABEP. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V01A23.pdf>. Acessado em 21 de abril de 2003.

\_\_\_\_\_. (1990). *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "Abertura"*. Campinas: Editora da Unicamp.

MELUCCI, A. (1996). *Challenging Codes*. Cambridge: Cambridge University Press.

MENDES, J.M.O. (2003). *Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.pdf>. Acessado em 16 de janeiro de 2004.

MOUFFE, C. (1988). Hegemony and New Political Subjects: toward a new concept of democracy. In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago: University Illinois Press.

PRADO, M.A.M. (2000). *(Des)Razão: sujeitos da consciência e políticas de identificação: mapa teórico acerca do sujeito coletivo e do político na literatura sobre as ações coletivas*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2001). Psicologia política e ação coletiva. *Revista Psicologia Política/Sociedade Brasileira de Psicologia Política*. 1(1): 149-172, jan-jun.

\_\_\_\_\_. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*. 8(11): 59-71, jan-jun.

REBOREDO, L. A. (1983). *A transformação de um bairro em uma comunidade: um estudo de Psicologia Social do cotidiano*. Dissertação (Mestrado). Programa de Psicologia Social, PUC-SP. São Paulo.

SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANDOVAL, S. (2001). The crisis of the Brazilian Labor Movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política/Sociedade Brasileira de Psicologia Política*. 1(1): 173-192, jan-jun.

\_\_\_\_\_. (1997). O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a re-aproximação da sociologia e da psicologia social. In: CAMINO, L.; LOUISE, L.; SANDOVAL, S. (eds). *Estudos em comportamento político*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

SANTOS, A.C. (2003). Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação. In: SANTOS, B.S. (2003). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. (org). (1987). *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.

SCHERER-WARREN, I. (1993). *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.

TOURAINÉ, A. (1988). *Return of the actor*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

ZALUAR, A. (1994). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.

## **FREDERICO VIANA MACHADO**

FAFICH/UFMG/Núcleo Psicologia Política – Av. Antonio Carlos, 6627 / sl 4020 –  
Pampulha – Belo Horizonte/MG

tel: (31) 3499-6273

e-mail: fredvma@yahoo.com

## **MARCO AURÉLIO MÁXIMO PRADO**

FAFICH/UFMG/Núcleo Psicologia Política – Av. Antonio Carlos, 6627 / sl 4020 –  
Pampulha – Belo Horizonte/MG

tel: (31) 3499-6273

e-mail: mamprado@ufmg.br

recebido em 01/10/04

versão revisada recebida em 02/05/05

última versão recebida em 08/06/05

aprovado em 15/08/05